

ANC 88
Pasta 80/81
074/1980

Thales: Só Constituinte estabelecerá democracia

O GLOBO 11 AGO 1980

SÃO PAULO (O GLOBO) — O líder do Partido Popular na Câmara, Thales Ramalho, afirmou ontem que somente o trabalho de uma Assembléia Constituinte poderá estabelecer os limites de um Estado democrático não intervencionista, "ao contrário do atual, que apresenta características quase totalitárias".

O deputado Thales Ramalho esteve em São Paulo no final da semana para participar das reuniões preparatórias do Congresso Nacional dos Deficientes Físicos, a realizar-se em Brasília. Evitou contatos com líderes políticos, à exceção do ex-governador Paulo Egydio.

UNIÃO INÚTIL

Thales discordou da tese de união nacional exposta pelo senador Jarbas Passarinho, pois, a seu ver, "a questão não pode ser simplificada desta forma".

— Ainda que os partidos de oposição viessem a admitir a participação em um Governo de salvação nacional — disse — isso pouco adiantaria. No meu entender, se não houvesse uma concordância unânime em torno de reformas amplas, profundas e corajosas que pudessem, a médio prazo, atenuar as graves crises nos campos político, econômico e social que o País enfrenta, de nada adiantaria.

Thales disse que nenhum partido faz oposição ao País, mas "ao regime, ao Governo e, em consequência, às decisões que decorrem da própria natureza deste regime, que é arbitrária".

Afirmou que mudar nomes nos postos-chave do Governo nada resolverá, "pois as mudanças têm de ser na política que está sendo adotada e nas decisões que estão sendo tomadas".

— É uma exigência — disse — a convocação de uma Constituinte.

Preliminarmente a essa convocação, porém, devem ser revogadas as Leis de Segurança Nacional, de Imprensa, de Greve, ou seja, leis que são um resíduo ainda muito bruto do regime no seu momento de exacerbação. O sistema é o arbítrio, é a ineficácia e a ineficiência. Não vejo como isso ser constituído um Governo de união Nacional, porque isso cede com os programas dos partidos de oposição.

DESENCONTRO

O líder do PP disse, ainda, que está ocorrendo um desencontro entre o que o presidente Figueiredo diz e o que as lideranças do próprio Governo afirmam.

— Enquanto o presidente reafirmou com absoluta clareza, e até com veemência, que as eleições de 1982 serão diretas, seu líder na Câmara, Nelson Marchezan, procura vincular as mesmas eleições à aprovação da emenda Anísio de Souza.

Ao analisar a pesquisa divulgada pelo Palácio do Planalto, segundo a qual o presidente vai bem, mas o Ministério é desaprovado por mais de 54 por cento dos brasileiros, Thales afirmou que o resultado configura "um quadro dramático e absurdo".

— Revela — disse — que o presidente está prisioneiro desse Ministério tão ineficaz. Essa pesquisa seria desnecessária. Bastava ir ao supermercado ou andar de ônibus para chegar-se à mesma conclusão.

O deputado acrescentou que, do trabalhador de mais baixa renda ao bem sucedido empresário, "há incerteza quanto ao dia seguinte e falta de confiança no Governo".

— Quando se chega a este ponto — disse — perde-se o espaço para soluções pacíficas dos problemas na Nação".

ELEIÇÕES

PORTO ALEGRE (O GLOBO) — "Os setores mais organizados da sociedade brasileira devem exigir o cumprimento do calendário democrático como uma reivindicação popular e não como uma dádiva do Governo" — disse ontem o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, suplente de senador pelo PMDB de São Paulo.

— Temos um grande compromisso — disse Fernando Henrique Cardoso — que é mostrar que só sairemos do impasse através da democracia. Temos a obrigação de demonstrar que a democracia é a saída, e provar isso. É muito importante que demonstremos essa nossa capacidade para evitar que a direita assuma o controle por temer uma explosão social.

Fernando Henrique Cardoso, que regressou ontem à noite a São Paulo, disse que "é muito importante que a sociedade comece a discutir, como sair da crise econômica".